

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.119 - SP (2019/0355133-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : SIDNEY PANDOLFO (PRESO)
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS ORTIZ DE CAMARGO - SP412594
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por SIDNEY PANDOLFO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que ao recorrente foi imputada a prática do delito de tráfico de drogas, decorrente da apreensão de **743g (setecentos e quarenta e três gramas) de maconha, de 24g (vinte e quatro gramas) de cocaína, balança de precisão e máquina de contar dinheiro.**

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal local nos termos desta ementa (e-STJ fl. 64):

Habeas corpus Tráfico de entorpecentes Prisão preventiva Revogação Não acolhimento Presentes os requisitos dos arts. 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal Apreensão de 16 porções de cocaína, um tijolo de maconha com 743 gramas, balança de precisão e máquina de contar dinheiro Conduta grave 'in concreto' Decisão fundamentada Ordem denegada. (Grifei.)

No presente recurso, a defesa alega ausência de fundamentação idônea e, portanto, concreta para sustentar a prisão provisória do recorrente.

Requer, em liminar, a revogação da prisão preventiva para que o recorrente aguarde em liberdade a instrução criminal, com ou sem imposição de medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal e, no mérito, a ratificação dessa liminar.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas*

Superior Tribunal de Justiça

corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os argumentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente recurso, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator